



Precatórios elevam déficit anual do governo central para R\$ 230,54 bi

Cacique do Pará recebe prêmio por empreender e conservar na Amazônia

Página 8

CNC estima que carnaval vai movimentar R\$ 9 bilhões no Brasil

Página 3

A quitação de precatórios após um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) fez o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – fechar 2023 com o segundo maior déficit primário desde o início da série histórica. No ano passado, o resultado ficou negativo em R\$ 230,54 bilhões, só perdendo para 2020, quando o déficit atingiu R\$ 743,25 bilhões por causa da pandemia de covid-19.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. Segundo o Tesouro Nacional, sem o pagamento dos precatórios, as contas do Governo Central teriam fechado o ano passado

com resultado negativo de R\$ 138,1 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país). Sem o socorro financeiro de cerca de R\$ 20 bilhões para estados e municípios, o déficit teria caído para R\$ 117,2 bilhões, 1,1% do PIB.

Apenas em dezembro, o déficit primário somou R\$ 116,15 bilhões, impulsionado pela quitação dos precatórios em atraso. Dívidas do governo com sentença judicial definitiva, os precatórios foram parcelados ou adiados após uma emenda constitucional em 2021. No ano passado, o governo quis quitar a dívida para evitar um passivo de R\$ 250 bilhões no fim de 2026. **Página 3**

Poupatempo inicia atendimento para emitir Carteira de Identidade Nacional

O Governo de São Paulo iniciou na segunda-feira (29) a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), que vai ser oferecida em nove pontos na Grande São Paulo, sendo seis postos do Poupatempo e outros três unidades geridas pelo IIRGD (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt), órgão vinculado à Polícia Civil. Nesta primeira fase a emissão será limitada, em formato piloto, e será ampliada gradativamente. **Página 2**

Fórum de diálogo empresarial do G20 é lançado no Rio de Janeiro



Foto: Cadu Gomes/VPK

Governo encerra 2023 sem conseguir gastar R\$ 19,8 bi

O déficit primário de R\$ 230,54 bilhões em 2023 poderia ter sido mais alto não fosse um problema típico de execução orçamentária. No ano passado, o governo não conseguiu executar R\$ 19,8 bilhões, que ficaram parados nos ministérios.

Chamado de empocamento, esse processo ocorre quando a equipe econômica libera recur-

sos, mas os ministérios não conseguem gastá-los. Os motivos principais são problemas em emendas parlamentares impositivas; dificuldades de gestão e de realização de licitações e subvinculações que dificultam o remanejamento de verbas entre ministérios ou até dentro da mesma pasta. **Página 3**

Vendas do Tesouro Direto sobem 12,12% em dezembro

Página 4

Esporte

1000 Milhas: Porsche da equipe Stuttgart conquista título do GP Cidade de São Paulo

A edição 2024 do GP Cidade de São Paulo – Chevrolet Absoluta confirmou o histórico de sucesso com um grid repleto de carros de todos os estilos, comprovando a diversidade do automobilismo brasileiro. Depois de 12 horas de prova, a vitória ficou com a Porsche GT3 da equipe Stuttgart, que contou com os pilotos Marcel Visconde, Ricardinho Maurício e Marçal Muller. Foi a 9ª vitória da marca alemã ao longo da histórica prova disputada em Interlagos.

“Essa edição confirmou o acerto do formato que adotamos desde que assumimos a organização da prova, com algumas mudanças de regulação, a mistura dos carros e um grid com 60 carros, além de

um grande evento para o público e patrocinadores. O GP Cidade de São Paulo – Chevrolet Absoluta se firma como um evento do automobilismo brasileiro e vamos seguir trabalhando forte para isso”, comenta Thiago Pereira, do Interlagos Sports Marketing, promotora do evento.

Antes da largada, Interlagos se transformou em uma vitrine da volta no tempo com exposição de carros que correram nas décadas de 50 e 60, motos históricas e uma réplica do Cooperstuar F1 que serviu de templo da homenagem prestada para Wilsinho Fittipaldi. O cantor Moacir Franco deu o tom da emoção ao cantar o Hino Nacional.

A largada, a meia-noite, teve show pirotécnico para os 60 carros e o protótipo Sigma abrindo

vantagem na liderança. Porém, o carro teve problemas no alternador na volta 13 e perdeu a liderança para a Mercedes AMG GT3 de Alexandre Auler, Rodrigo Nappi, Allan Hellmeister e Luis Vaccari, que liderou até a volta 42.

Antes disso, um forte acidente entra o Protótipo AJR da equipe LT Team e a Mercedes CLA da equipe Pocinha Racing causou a primeira das 18 neutralizações de prova.

Quatro voltas mais tarde, a liderança passou para a Mercedes AMG GT4 de Renan Guerra/Nejm Melic/Marcel Marchewicz/Cesar Fonseca, que levaram a liderança até a volta 60.

Porém, um excelente trabalho na parada de box, fez com que a Porsche da equipe Stuttgart assumisse a ponta na volta 61. A



Foto: Rodrigo Ruiz

partir daí o duelo pela vitória foi com o Protótipo Sigma, com a Porsche mantendo entre 3 e 6 voltas de vantagem.

Quando faltavam cerca de

duas horas para o fim da prova, a chuva chegou forte e foi necessária a intervenção do safety car, o que fez com que a disputa fosse neutralizada. Depois de 282

voltas na frente, o time pode celebrar a vitória.

“Foi minha primeira participação nas 1000 Milhas e já conquistar a vitória é sensacional. É uma experiência única guiar em Interlagos durante a madrugada e ver o sol nascer na pista. Agradecer a toda a equipe Stuttgart, é muito bacana ver todo o envolvimento do time e a doação de cada um ao longo do fim de semana”, contou o gaúcho Marçal Muller, que pilotou pela primeira vez após uma cirurgia no ombro há três semanas.

O GP Cidade de São Paulo – 1000 Milhas Chevrolet Absoluta tem a organização do Interlagos SportMarketing, com o apoio da Prefeitura de São Paulo, Chevrolet Absoluta e pneus Yokohama.

Copa São Paulo Light de Kart

Carioca Gabriel Fernandes quer repetir temporada vitoriosa de 2023



Foto: Davi Aguiar

Gabriel Fernandes tem Techspeed bem preparado pela Nikima Racing/Dai Motorsport

Principal certame regional do kartismo brasileiro, a Copa São Paulo Light de Kart

com a expectativa de mais de 100 pilotos de todo o país. Representante do Rio de Janeiro, Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail) quer iniciar 2024 da mesma forma que terminou a temporada passada: vencendo.

“Finalmente semana de corrida! Muito ansioso pra começar os treinos oficiais, quero muito vencer e vou dar meu máximo”, comemora o campeão da F-4 Júnior, que venceu os três turnos depois de oito vitórias nas dez etapas de 2023. Promovido para a categoria

F-4 Graduados, o carioca quer utilizar de sua familiaridade com o equipamento Techspeed/Honda e a experiência da equipe Nikima Racing/Dai Motorsport, que permitiram que ele liderasse todas as 22 baterias da Copa SP Light, e ainda arrebatasse o título da V11 Aldeia Cup também de forma avassaladora. De quebra, Gabriel Fernandes conquistou o Campeonato Carioca (Júnior) e o Campeonato do Estado do Rio de Janeiro (Júnior), as 6 Horas V11 (F-4), além de vice-campeão Estadual do Rio de Janeiro (F-4 Graduados), e sexto no Campeonato Brasileiro de Kart (F-4 Júnior). O representante da Techspe-

ed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail tem seu pai (Nikima) e tio (Dai), com o apoio de seus irmãos, numa equipe genuinamente familiar, mas profissional e vencedor. “Tratamos o ‘Biel’ como qualquer cliente. Procuramos acertar o equipamento dele da melhor forma possível, dentro das características do chassi e do estilo de pilotagem dele, que é agressiva, mas cerebral. E nossa expectativa é novamente alcançar bons resultados, pra chegar no final da temporada em condições de conquistar o títu-

lo”, assegura Odílio Brito Neto, pai de Gabriel Fernandes e principal mecânico da Nikima Racing/Dai Motorsport.

Confira o calendário da Copa São Paulo Light 2024:

03/2 - 1ª - Interlagos; 02/3 - 2ª - Interlagos; 06/4 - 3ª - Interlagos; 04/5 - 4ª - Interlagos; 01/6 - 5ª - Interlagos; 29/6 - 6ª - Interlagos; 17/8 - 7ª - Interlagos; 07/9 - 8ª - Interlagos; 26/10 - 9ª - local a definir; 14/12 - 10ª - Interlagos.

Gabriel Fernandes tem o apoio de Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail.

Poupatempo inicia atendimento para emitir Carteira de Identidade Nacional

O Governo de São Paulo iniciou na segunda-feira (29) a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), que vai ser oferecida em nove pontos na Grande São Paulo, sendo seis postos do Poupatempo e outros três unidades geridas pelo IIRGD (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt), órgão vinculado à Polícia Civil. Nesta primeira fase a emissão será limitada, em formato piloto, e será ampliada gradativamente.

Para a emissão é necessário o agendamento exclusivo pelo aplicativo para celulares Poupatempo SP.GOV.BR. No dia agendado, os cidadãos devem se dirigir ao local escolhido levando consigo a certidão de nascimento ou de casamento. Os locais de atendimento durante o projeto-

piloto serão: postos do Poupatempo da Lapa, Itaquera, Santo Amaro e Sé (capital), e Caieiras e Guarulhos, na Região Metropolitana. As outras três unidades são o Descomplica de São Miguel, na capital, um posto em Barueri e outro, o Atende Fácil, em São Caetano do Sul.

A Carteira de Identidade Nacional – CIN será, a partir de 2032, o único documento válido nacionalmente, de acordo com a Lei 14.534, de 11 de janeiro de 2023. Até 2032, portanto, o documento RG dos estados continua sendo válido e emitido normalmente. Por isso, é importante ressaltar que não há necessidade de correria aos postos para emissão da nova Carteira de Identidade Nacional – CIN.

A liberação de horários para os agendamentos de emissão da

CIN ocorrerão de forma gradativa, sem a necessidade de substituição imediata da CIN pelo RG.

As vagas para os atendimentos serão inicialmente limitadas e ampliadas de acordo com a expansão do projeto para os demais postos.

Para solicitar a CIN no estado de São Paulo será necessário preencher alguns requisitos,

como ter uma conta GOV.BR no nível Prata ou Ouro, ser maior de 16 anos, estar em situação regular na Receita Federal – onde os dados devem estar idênticos em relação aos da certidão de nascimento/casamento –, além de não ter outra solicitação da CIN em andamento.

Assim como já ocorre com os demais serviços oferecidos pelo

Poupatempo, é obrigatório realizar o agendamento gratuitamente para ser atendido. A opção está disponível no aplicativo para celulares Poupatempo SP.GOV.BR.

A Carteira de Identidade Nacional adota o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como Registro Geral Nacional, acabando com a duplicidade na

identificação do cidadão e reduzindo possibilidades de fraudes.

O documento apresenta um QR Code, que permite verificar sua autenticidade, bem como saber se foi furtado ou extraviado, por meio de qualquer smartphone.

A versão digital estará disponível no app GOV.BR, no menu Carteira de Documentos.

Governo vai construir piscinão e canalizar córrego na região do Morumbi

O governador Tarcísio de Freitas deu na segunda-feira (27) o pontapé inicial para uma série de obras estratégicas no combate às enchentes em São Paulo. A gestão paulista vai investir mais de R\$ 117 milhões em um novo reservatório subterrâneo e na canalização de parte do córrego Antonico, no Morumbi, zona sul da capital, ao lado do estádio do São Paulo.

“O Governo do Estado vai fazer um trecho da canalização e um dos piscinões, então a gente vai investir R\$ 117 milhões. É uma obra de vulto, muito importante para o combate às cheias, esperada há muito tempo e que vai beneficiar toda a região de Paraisópolis e do Morumbi”, afirmou Tarcísio. “É um grande sistema que se interliga e, quando a gente combate cheias aqui, ajudamos a combater também em outros mananciais e rios da cidade de São Paulo.”

A cerimônia no estádio também reuniu a secretária estadual

de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, gestores do Departamento de Águas e Energia Elétrica (Daee), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, deputados e vereadores, além de diretores do clube tricolor e lideranças comunitárias de bairros da região.

O novo piscinão terá capacidade para armazenar mais de 44 milhões de litros de água – o equivalente a 18 piscinas olímpicas. A previsão é que a obra fique pronta em 2026 e beneficie mais de 1 milhão de moradores da região e locais com grande fluxo de pessoas, como o estádio e o clube social do São Paulo, o hospital Albert Einstein e as instituições de ensino Santo Américo e Visconde de Porto Seguro.

O reservatório ficará abaixo da praça Alfredo Gomes, no extremo da avenida Jules Rimet, e terá um formato circular, com mais de 27 metros de profundidade e 48 metros de diâmetro. Uma vez pronto, receberá as águas do cór-

rego Antonico, que se origina em Paraisópolis e passa sob o estádio do Morumbi e a avenida Jorge João Saad.

Durante chuvas intensas, o piscinão vai acumular o excesso de água e proteger o sistema de drenagem urbana, mitigando riscos de alagamentos. Indiretamente, a obra também terá impacto positivo nas regiões próximas ao córrego Pirajucara, onde o Antonico desemboca, e ao rio Pinheiros, que recebe as águas dos dois afluentes.

Simultaneamente, o Governo do Estado também vai canalizar um trecho de quase um quilômetro do córrego Antonico e revitalizar a praça Alfredo Gomes. Também haverá a instalação de 1,1 km de galerias de drenagem no entorno. Após a conclusão das obras, a Prefeitura de São Paulo ficará encarregada pela operação do piscinão.

O planejamento do Governo do Estado para o novo piscinão foi feito em conjunto com a Pre-

feitura de São Paulo, que também vai implementar mais dispositivos de combate a enchentes na zona sul paulistana. Um deles será um segundo reservatório na praça Roberto Gomes Pedrosa, em frente ao portão principal do estádio do Morumbi, com capacidade para 133,6 milhões de litros de água – o equivalente a 53,6 piscinas olímpicas.

Os dois piscinões serão interligados pelo trecho canalizado pelo Governo de São Paulo. Juntas, as estruturas poderão reter mais de 177,6 milhões de litros de água.

ODAAE administra 27 reservatórios subterrâneos com capacidade para armazenar 4,7 bilhões de litros de água, o equivalente a 1,9 mil piscinas olímpicas. A autarquia também investe R\$ 43,7 milhões em um contrato para limpeza e manutenção de todos os piscinões – a situação de cada reservatório pode ser acompanhada no site <http://www.aaee.sp.gov.br/site/piscinoes>.

Pessoas em situação de vulnerabilidade podem se inscrever em cursos do Fundo Social

O Fundo Social de São Paulo está com inscrições abertas até 9 de fevereiro para os novos cursos em parceria com o Centro Paula Souza (CPS). As aulas serão ministradas entre 19 de fevereiro e 15 de março, nas Praças da Cidadania e Centros de Integração da Cidadania (CIC) da capital e Grande São Paulo.

“São capacitações gratuitas, de curta duração, direcionadas a pessoas em situação de vulnerabilidade”, explica a coordenadora da Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada (Ufiec) do CPS, Marisa Souza.

Para se inscrever, o candida-

to deve acessar o site www.cursosufussp.sp.gov.br e escolher o curso que pretende fazer. Cada unidade fará contato com os interessados para confirmar as inscrições.

Confira as opções de curso:

Na Escola de Administração e Empreendedorismo, há vagas para o curso de Auxiliar Administrativo (Praças da Cidadania de Paraisópolis, Guarulhos, Itapevi e Osasco).

Na Escola de Beleza e Bem-estar, os cursos são: Auxiliar de Cabeleireiro (CICs Guarulhos e Feição da Vila e Praças da Cida-

dania de Guarulhos, Itapevi e Osasco); Cuidador de Idosos (Praças de Paraisópolis, Guarulhos, Itapevi e Osasco); Manicure e Pedicure (CICs Grajaú, Feição da Vila, Leste e Sul e Praças de Paraisópolis, Guarulhos, Itapevi e Osasco); Maquiagem (CICs Guarulhos, Grajaú, Norte e Leste e Praças da Cidadania de Paraisópolis e Guarulhos); Técnicas de Depilação (CICs Grajaú e Feição da Vila e Praça de Osasco); e Tranças Afro e Turbantes (CIC Ferraz de Vasconcelos).

Na Escola de Construção Civil, há vagas para o curso de Pe-

dreiro – Construtor de Alvenaria (CICs Guarulhos, Grajaú e Norte).

A Escola de Gastronomia oferece cursos de Auxiliar de Cozinha (Praças da Cidadania de Paraisópolis, Guarulhos, Osasco e Itapevi); Confeitaria Básica (Praças de Guarulhos, Itapevi e Osasco); e Panificação Básica (Praças de Guarulhos, Itapevi e Osasco).

A Escola de Informática tem vagas para o curso de Informática Básica – Pacote Office, nos CIC Grajaú, Leste e Sul e nas Praças da Cidadania de Paraisópolis, Guarulhos, Itapevi e Osasco.

Saúde municipal lança campanha ‘Como você quer que eu te chame?’

No dia 29 de janeiro, dedicado à visibilidade trans, a Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+ da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) lança a campanha “Como você quer que eu te chame?”, para chamar atenção para um importante direito conquistado por pessoas trans no país: o direito ao nome social.

Cartazes, folhetos, bottons e cartilha, entre outros materiais, serão utilizados na campanha, que se comunica tanto com os trabalhadores nos serviços de saúde quanto com o público que utiliza estes serviços. “É importante que se tenha a consciência de que usar o nome social é um direito assegurado no SUS, e que esta é a primeira pergunta que deve ser feita pelos profissionais ao realizar o cadastro da pessoa, de forma respeitosa e acolhedora”, reitera a interlocutora de Saúde Integral da População LGBTIA+ da SMS, Tânia Regina Corrêa de Souza.

SUS reconhece nome social desde 2009

O uso do nome social, em

preenchida e tornar-se referência para a forma como a pessoa será tratada dentro do sistema.

Nome deve constar do cartão do SUS à prescrição médica

É dever das equipes de saúde em todos os equipamentos, portanto, registrar o nome indicado pela pessoa e tratá-la exclusivamente por esse nome e pelo pronome (feminino, masculino, neutro) que ela escolher. Quando indicado, o nome social deve constar em todos os registros dos serviços de saúde, como cartão do SUS, documentos, receitas e formulários, com a garantia de que o nome do registro civil não será usado ou divulgado.

Vale ressaltar que o uso do nome social também é assegurado no âmbito da administração federal pelo decreto nº 8.727/2016, e que a alteração do nome pode ser solicitada tanto para a carteira de identidade quanto para o CPF. No caso do registro civil, em 2018 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) baixou uma norma que abriu a

possibilidade aos transgêneros, tendo eles feito ou não a cirurgia de redesignação sexual, de mudar tanto o prenome quanto o gênero nos documentos oficiais. Em 2022, o direito a alterar tanto prenome quanto sobrenome diretamente no cartório sem necessidade de ação judicial foi estendido a todos os cidadãos, por meio da Lei nº 14.382.

A campanha “Como você quer que eu te chame?” será lançada neste dia 29 durante o “Sarau da Diversidade” no Centro de Referência de Saúde Integral para a População de Travestis e Transexuais (CR POP TT) Janaína Lima. Inaugurado em janeiro de 2023, o serviço, localizado no Bom Retiro (região central), é o primeiro ambulatório de especialidades voltado à população travesti e transexual na capital. Além do CR POP TT, a rede Sampa Trans da SMS conta ainda com 44 unidades de saúde com equipes capacitadas para o acompanhamento em afirmação de gênero, que em 2023 acompanhou mais de cinco mil pessoas.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Como anda a Inteligência Espiritual do vereador Thammy Miranda (PL), que foi mulher e optou por ser “pessoa transmasculina”? Em tempo : ontem foi dia da visibilidade trans e travesti

PREFEITURA (São Paulo)
O que estão dizendo o Ministério (Saúde) e secretarias (paulistana e paulista) sobre falta de vacinas suficientes contra o aumento epidêmico dos casos de dengue na Pauleicia Desvairada ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Uma das maiores sambistas da história da música brasileira, a deputada Leci Brandão (PC do Brasil) segue se recuperando de problemas de saúde. Com quase 80 anos, segue desfilando alegria

GOVERNO (São Paulo)
Embora possa mudar (assim como os prefeitos, senadores e o Presidente da República), Tarcísio Freitas rejeita qualquer conversa pra sair do Republicanos, partido cuja direção é da igreja Universal

CONGRESSO (Brasil)
Como tá sendo a participação da senadora Mara Gabrili (PSD do Kassab) e do senador Marcos Pontes (PL do Costa Neto) em relação aos prefeitos e vices apoiados pelos donos destes 2 partidos ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Assim como Polícia Federal e ABIN fazem política interna, embora sejam instituições cujos membros são “do Estado”, os Ministérios Públicos tiveram e têm predileções com Chefes de Governo

PARTIDOS (Brasil)
Sobre a volta da Marta pro PT [44 anos em 10 fevereiro 2024], vale lembrar que Boulos só foi pro 2º turno (prefeitura SP) em 2020 por ter como vice a ex-prefeita (1989 - 1992) Erundina (PT) ...

JUSTIÇAS (Brasil)
Acusar Alexandre (Supremo e TSE) de perseguição à família Bolsonaro é + ou - como acusar DEUS de ter Criado o diabo pra testar as Ações do Espírito Santo e a Lealdade / Fidelidade do Cristo

ANO 32
Jornalista Cesar Neto publica coluna de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar Honra ao Mérito (Assembleia SP) como referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Lembre sempre de lavar as mãos

Precatórios elevam déficit anual do governo central para R\$ 230,54 bi

A quitação de precatórios após um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) fez o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – fechar 2023 com o segundo maior déficit primário desde o início da série histórica. No ano passado, o resultado ficou negativo em R\$ 230,54 bilhões, só perdendo para 2020, quando o déficit atingiu R\$ 743,25 bilhões por causa da pandemia de covid-19.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. Segundo o Tesouro Nacional, sem o pagamento dos precatórios, as contas do Governo Central teriam fechado o ano passado com resultado negativo de R\$ 138,1 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país). Sem o socorro financeiro de cerca de R\$ 20 bilhões para estados e municípios, o déficit teria caído para R\$ 117,2 bilhões, 1,1% do PIB.

Apenas em dezembro, o déficit primário somou R\$ 116,15 bilhões, impulsionado pela quitação dos precatórios em atraso. Dívidas do governo com senten-

ça judicial definitiva, os precatórios foram parcelados ou adiados após uma emenda constitucional em 2021. No ano passado, o governo quis quitar a dívida para evitar um passivo de R\$ 250 bilhões no fim de 2026.

O déficit de dezembro foi o maior já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1997. Sem os precatórios, informou o Tesouro, o resultado negativo ficaria em R\$ 23,8 bilhões. Esse valor ficaria abaixo da estimativa das instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 35,5 bilhões, sem considerar o pagamento de precatórios.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Apesar da quitação dos precatórios, o déficit ficou dentro da meta de R\$ 231,5 bilhões para o Governo Central estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano passado.

Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha

anunciado um pacote para aumentar a arrecadação e revisar gastos para melhorar as contas públicas e diminuir o déficit para cerca de R\$ 100 bilhões em 2023. No fim de novembro, a Secretaria de Política Econômica informou que a previsão oficial de déficit primário estava em R\$ 177,4 bilhões para este ano, podendo chegar a R\$ 203,4 bilhões se considerada a metodologia do Banco Central. A previsão, no entanto, desconsiderava os precatórios.

Receitas

Na comparação com o ano passado, as receitas caíram, se descontada a inflação, mas as despesas aumentaram em volume maior por causa do Bolsa Família, dos gastos com a Previdência Social e dos precatórios. Em 2023, as receitas líquidas subiram 2,3% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no entanto, elas recuaram 2,2%. No mesmo período, as despesas totais subiram 17,7% em valores nominais e 12,5% após descontar a inflação.

Se considerar apenas as re-

ceitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve queda de 1% em 2023 na comparação com 2022, já descontada a inflação, puxada principalmente pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No entanto, houve aumento de R\$ 11,7 bilhões (39,5% acima da inflação) em outras receitas administradas, por causa principalmente do programa de redução da litigiosidade, em que o contribuinte fechava acordos com o governo em troca de encerrar ações na Justiça.

Também houve aumento de R\$ 32,9 bilhões (5,8%) na arrecadação da Previdência Social, decorrente da recuperação do mercado de trabalho.

Em relação às receitas não administradas pela Receita Federal, os maiores recuos foram registrados nas receitas de dividendos de estatais, que caíram R\$ 41,1 bilhões (-44,7%, descontada a inflação), em virtude do menor recebimento de repasses da Petrobras, da Caixa Econômica e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As receitas com concessões caíram R\$ 40,7 bilhões (-82%, descontado o

IPCA%) por causa de concessões de geração elétrica resultantes da privatização da Eletrobras, que não se repetiram em 2023.

As receitas com royalties, que caíram R\$ 26,2 bilhões (-18,5%, descontada a inflação) em 2023 na comparação com 2022, por causa da queda do petróleo no mercado internacional. Atualmente, a cotação do barril internacional está em torno de US\$ 82 após ter chegado a US\$ 120 no meio de 2022, por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Despesas

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com programas sociais subiram R\$ 75,4 bilhões (42,4%) acima da inflação no ano passado na comparação com 2023. Também subiram os gastos com a Previdência Social (+R\$ 66,5 bilhões) e gastos discricionários (não obrigatórios) com educação, transporte e as-

sistência social (+R\$ 23,6 bilhões).

Os gastos com o funcionalismo federal subiram R\$ 10,2 bilhões (2,8%) acima da inflação em 2023 comparados com 2022. Apesar do aumento de 9% concedido aos servidores do Poder Executivo Federal, aprovado no fim de abril do ano passado pelo Congresso, o principal fator que impulsionou a despesa foi pagamento de precatórios, que consumiu R\$ 8,3 bilhões no ano dos R\$ 10,2 bilhões extras.

Em relação aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o governo federal investiu R\$ 82,23 bilhões em 2023. O valor representa alta de 72,5% acima do IPCA em relação a 2022. Nos últimos meses, essa despesa tem alternado momentos de crescimento e de queda descontada a inflação. O Tesouro atribui a volatilidade ao ritmo variável no fluxo de obras públicas. (Agência Brasil)

Governo encerra 2023 sem conseguir gastar R\$ 19,8 bilhões

O déficit primário de R\$ 230,54 bilhões em 2023 poderia ter sido mais alto não fosse um problema típico de execução orçamentária. No ano passado, o governo não conseguiu executar R\$ 19,8 bilhões, que ficaram parados nos ministérios.

Chamado de empoçamento, esse processo ocorre quando a equipe econômica libera recursos, mas os ministérios não conseguem gastá-los. Os motivos principais são problemas em emendas parlamentares impositivas; dificuldades de gestão e de realização de licitações e subvinculações que dificultam o remanejamento de verbas entre ministérios ou até dentro da mesma pasta.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, os ministérios se esforçaram perto do fim do ano e conseguiram reduzir o estoque de recursos empoçados. O volume de dinheiro parado estava em R\$ 28,1 bilhões em setembro, subiu para R\$ 30,5 bilhões em outubro e para

R\$ 34,4 bilhões em novembro. Com uma corrida para empenhar (autorizar) gastos perto do fim do ano, o total caiu para abaixo de R\$ 20 bilhões em dezembro.

“Esse valor está em linha com o nível histórico”, explicou Ceron. Em relação aos anos anteriores, o volume de verbas empoçadas em dezembro ficou em R\$ 17,4 bilhões em 2019; R\$ 21,7 bilhões em 2020; R\$ 16,4 bilhões em 2021 e R\$ 20,7 bilhões, em 2022. “Vale ressaltar que houve um avanço importante de novembro para dezembro, quando os órgãos realmente se empenharam para fazer as execuções orçamentárias”, acrescentou Ceron.

Restos a pagar

O volume empoçado entrará como restos a pagar este ano. Verbas empenhadas em um ano que ficam para o ano seguinte, os restos a pagar vão totalizar R\$ 284,8 bilhões. Em valores nominais, o montante subiu R\$ 29,8 bilhões, o equivalente a 11,7%,

em relação aos restos a pagar de R\$ 255,1 bilhões em 2023. No entanto, Ceron ressaltou que, em valores percentuais, a despesa se mantém estável, em 8,2% do Orçamento Geral da União.

Segundo o Tesouro Nacional, do total de R\$ 284,8 bilhões, 80,4% foram empenhados em 2023 e 19,6% em anos anteriores. Do aumento de R\$ 29,8 bilhões, R\$ 10,2 bilhões referem-se a gastos discricionários (não obrigatórios) do Poder Executivo, concentrados em quatro funções: saúde (R\$ 5,6 bilhões), agricultura (R\$ 5,3 bilhões) e transporte (R\$ 1,7 bilhão). Também aumentaram os restos a pagar para gastos de pessoal e encargos sociais (R\$ 5,2 bilhões) e benefícios da Previdência Social (R\$ 4,3 bilhões).

Em contrapartida, os restos a pagar para apoio financeiro a estados e municípios caíram R\$ 3,1 bilhões. Segundo o Tesouro Nacional, isso se explica principalmente pela Lei Paulo Gustavo, cuja maior parte dos recursos foi

gasta em 2023 com restos a pagar de 2022, após o Supremo Tribunal Federal obrigar o governo anterior a executar o programa.

Do estoque de R\$ 284,8 bilhões de RAP inscritos em 2024, R\$ 89 bilhões (31,3%) são processados e R\$ 195,8 bilhões (68,7%) não são processados. As verbas processadas passaram pela fase de liquidação, quando o serviço já foi contratado ou a obra executada, mas só falta verificar a conclusão do gasto. As verbas não processadas só passaram pela fase de empenho (autorização), com os restos a pagar sendo cancelados automaticamente após dois anos caso a verba não seja liquidada.

No ano passado, do total de R\$ 255,1 bilhões de restos a pagar, foram cancelados R\$ 15,7 bilhões (processados e não processados), foram pagos R\$ 183,5 bilhões e R\$ 55,8 bilhões foram transferidos para 2024, ficando na categoria a pagar. (Agência Brasil)

Governo encerra último ano 2023 com folga de R\$ 50,75 bilhões na regra de ouro

A Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, salvou o governo de descumprir a regra de ouro do ano passado. O Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – alcançou, em dezembro de 2023, folga de R\$ 50,75 bilhões na regra de ouro, que funciona como espécie de teto para a dívida pública.

Instituída pelo Artigo 167 da Constituição de 1988, a regra de ouro determina que o governo não pode endividar-se para financiar gastos correntes, como a manutenção da máquina pública, apenas para despesas de capital, como investimento e amortização da dívida pública, ou para refinarciar a dívida pública. Nos últimos anos, os sucessivos déficits fiscais têm posto em risco o cumprimento da norma, o que tem levado o Tesouro a buscar fontes de recursos para ter dinheiro em caixa e reduzir a necessidade de emissão de títulos públicos.

No ano passado, o Tesou-

ro usou R\$ 94,59 bilhões da dívida pública para pagar gastos correntes. No entanto, a Emenda Constitucional da Transição criou uma exceção de R\$ 145 bilhões para o Novo Bolsa Família e para custear políticas de saúde e o aumento do salário mínimo acima da inflação. Ao incluir o impacto da exceção no cálculo, a equipe econômica passa a obter suficiência (folga) de R\$ 50,75 bilhões.

A folga, no entanto, será temporária. Isso porque a emenda constitucional valia apenas para 2023. Mesmo com o Orçamento de 2024 prevenido déficit primário zero, o Tesouro projeta insuficiência de R\$ 105,4 bilhões para a regra de ouro neste ano. Esse valor precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional por maioria absoluta, na forma de créditos suplementares no Orçamento. Segundo o Tesouro Nacional, esse dinheiro financiará principalmente gastos com a Previdência Social neste ano. (Agência Brasil)

CNC estima que carnaval vai movimentar R\$ 9 bilhões no Brasil

O carnaval de 2024 deve movimentar R\$ 9 bilhões de reais representando 10% acima do que foi registrado no ano passado. A estimativa foi divulgada na segunda-feira (29) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade completou que em ritmo de recuperação pelo quarto ano seguido, será a primeira vez que o faturamento deve superar o patamar anterior à pandemia de covid-19.

O presidente da CNC, Roberto Tadros, observou que os dados de faturamento do setor de turismo, tanto nacionais quanto regionais, indicam avanço na atividade nos últimos anos. “O efeito do carnaval, como um evento isolado, contribui para a recuperação econômica do segmento de maneira geral e expressiva”, afirmou na nota divulgada pela CNC.

No setor de turismo, Minas Gerais (20,2%), Paraná (14,5%) e Rio Grande do Sul (12,2%), lideraram a projeção de crescimento entre os estados. Para o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, a tendência de crescimento deve se manter em 2024.

“A profissionalização da atividade do turismo nos últimos anos, além da maior demanda por esses serviços, justifica o surgimento de destinos menos tradicionais como protagonistas para os turistas que buscam aproveitar esse período não somente para as grandes festas de carnaval”, relatou.

São Paulo

As projeções da CNC indicam ainda que São Paulo deve ser o campeão de faturamento das atividades turísticas no mês do carnaval. A expectativa é de R\$ 16,3 bilhões. Embora com valores mais baixos, na sequência vem o Rio de Janeiro, com R\$ 5,3 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 5,2 bilhões. Bahia e Rio Grande do Sul ficam empatados com previsão de R\$ 2,7 bilhões.

“O faturamento das atividades turísticas no mês do carnaval reflete a dinâmica econômica geral de cada Estado e, quanto maior o fluxo turístico, a população residente e a renda média, mais alta a projeção”, analisou o economista-chefe, acrescentando que São Paulo fica na lideran-

ça isolada, uma vez que concentra cerca de 20% da população brasileira.

Mais gastos

Com a melhora da situação financeira, o turista brasileiro deve gastar mais neste carnaval, o que vai contribuir para a circulação de renda no comércio e nos serviços durante o período. Conforme os dados do Banco Central (BCB), em 2023, os gastos dos brasileiros no exterior subiram 44% se comparado ao ano anterior, somando US\$ 1,1 bilhão. Quanto aos turistas estrangeiros no Brasil, os gastos em 2023 superaram em 44% o montante de 2022.

Para Felipe Tavares, a tendência de alta, observada entre 2022 e 2023, deve permanecer em 2024. O economista-chefe estimou que as despesas dos turistas brasileiros no exterior vão crescer 19%, chegando a US\$ 1,3 bilhões. Já os estrangeiros no Brasil devem “gastar 19,4% a mais, o que representará cerca de US\$ 971 bilhões no carnaval em 2024”.

Empregos

Não são só as atividades do

Turismo que ganham com o carnaval. Segundo a CNC, a contratação de temporários em diversas áreas econômicas também avança. Especialmente no setor de serviços, onde estão incluídas as atividades de turismo, a CNC prevê 66.699 postos temporários para 2024, com 3,1% de efetivação.

No entendimento de Alexandre Sampaio, diretor da CNC, que coordena o Conselho Empresarial de Turismo e Hospedagem (Cetur) e presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), o carnaval 2024 vai manter a tradição de ser importante para o turismo brasileiro e reforçar a contratação de pessoal para atender a demanda.

“Nos acreditamos que o carnaval vai cumprir o seu padrão de ocupação plena de vários segmentos de hospedagem, demanda muito grande de alimentação fora do lar, processos e serviços de catering para atendimento de grupos nas avenidas e no carnaval de rua, como em Salvador, Rio e São Paulo, que são os mais famosos”, comentou o diretor. (Agência Brasil)

Mobilização de servidores do BC atrasa divulgação do boletim Focus

A divulgação do boletim Focus, que costuma ocorrer sempre às segundas-feiras, foi adiada esta semana em função da mobilização de servidores do Banco Central, informou a instituição. A previsão é de que os indicadores sejam divulgados apenas nesta terça-feira (30), no horário tradicional, às 8h30.

O Focus é uma pesquisa que traz as projeções de agentes do mercado financeiro para inflação, crescimento da economia, juros e câmbio.

Outros dados também tiveram divulgação adiada, como as notas econômico-financeiras mensais, incluindo estatísticas do setor externo, monetárias, de crédito e estatísticas fiscais, que foram remarcadas para liberar em 5, 6 e 7 de fevereiro, respectivamente, sempre às 8h30.

No dia 11 de janeiro, os servidores do BC realizaram uma paralisação de 24 horas e mantêm uma operação padrão desde então. Uma manifestação e nova paralisação estão marcadas para 8 de fevereiro, de acordo com agenda de mobilização divulga-

da pelo Sindicato Nacional de Funcionários do Banco Central (Sinal).

Reivindicações

Os trabalhadores reivindicam melhorias na carreira, como a equiparação com outras categorias semelhantes. Entre outros pontos, as reivindicações incluem reajuste nas tabelas remuneratórias, retribuição por produtividade, exigência de nível superior para o cargo de técnico e mudança no cargo de analista para auditor, entre outras.

Uma outra pauta é a recomposição do quadro de servidores. O Banco Central não realiza concurso há mais de dez anos e encontra-se com 44% dos 6.470 postos de trabalho vagos. Neste mês, foi autorizada a realização de uma nova seleção, com 100 vagas.

A pauta de reivindicações se arrasta há anos. Em 2022, por exemplo, paralisações de servidores do Banco Central também provocaram atraso na divulgação de diversos indicadores da economia brasileira. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Fórum de diálogo empresarial do G20 é lançado no Rio de Janeiro

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente Conheça seus Direitos

Direito Constitucional Agrário

Por Nicholas Maciel Merlone - publicado originalmente no JusBrasil.

Nossa Constituição brasileira (CB) sedimentou o princípio do direito à propriedade, bem como sua função social (art. 5º, incisos XXII e XXIII) na topografia “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, e também no âmbito “Da Ordem Econômica e Financeira” (art. 170, incisos II e III). Além disso, estabelece que a lei ditará o procedimento para a desapropriação (necessidade ou utilidade pública ou interesse social), mediante justa e prévia indenização em dinheiro, excetuados os casos previstos no próprio diploma normativo (CB, art. 5º, XXIV). E ainda que a pequena propriedade rural (definida em lei) desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, de modo que a lei disponha a respeito dos modos de financiar o seu desenvolvimento (CB, art. 5º, XXVI). Enquanto isso, o art. 170, da CB, firma que a Ordem Econômica, sob as bases da valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por escopo garantir a todos existência digna, conforme a justiça social, observando, portanto, o princípio da função social (CB, art. 170, III) Importa ressaltar que o fato de se inserir o direito de propriedade no art. 5º, da CB, não significa o seu tratamento como simples instituição de direito privado, já que também deve ser observada a sua função social. Vale dizer que o conteúdo do princípio da função social da propriedade se encontra aprofundado, nos termos do artigo 186, da Constituição brasileira. Enquanto isso, o artigo 184, da CB, atribui à União a desapropriação por interesse social, para que se realize a reforma agrária (imóvel rural que não cumpra sua função social). Já o artigo 185, da CB, dispõe acerca dos imóveis rurais que não possam sofrer desapropriação para fins de reforma agrária. Quais sejam: 1) a pequena e média propriedade rural, definida em lei, e contanto que o proprietário não possua outra; 2) a propriedade produtiva. Posto isso, cabe trazer as disposições sobre a política agrícola, nos termos do art. 187, da CB, e seus desdobramentos: O art. 187, da CB, assim dispõe que a política agrícola deve ser planejada e executada nos moldes da lei, com a participação de fato do setor de produção, abrangendo produtores e trabalhadores rurais, assim como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: I - os instrumentos creditícios e fiscais; II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia; IV - a assistência técnica e extensão rural; V - o seguro agrícola; VI - o cooperativismo; VII - a eletrificação rural e irrigação; VIII - a habitação para o trabalhador rural. Em tempo, vale ressaltar, segundo os parágrafos do dispositivo: § 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais. § 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária. Aqui, em apertada síntese, aponto o tema da destinação de terras públicas e devolutas, que devem se compatibilizar com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária (art. 188, CB) Igualmente, destaco as disposições relativas ao art. 189, da CB: Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei. Outra observação relevante se trata da aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, sendo disciplinada nos termos do art. 190, da CB. Nestes casos, somente indica-se que a lei a regular limitará os casos que possam ser adquiridos, além dos que dependerão de autorização do Congresso Nacional. Nesses casos, incidem os critérios previstos pela Lei Federal n. 5.709/1971. Igualmente, o art. 23, da Lei Federal n. 8.629/1993 (que aborda os dispositivos agrários constitucionais), também influenciará tratamento especial para os casos de arrendamento, ao firmar que o estrangeiro residente no país e a pessoa jurídica autorizada a funcionar no Brasil somente podem arrendar imóvel rural nos moldes da Lei Federal n. 5.709, de 1971. Trata-se, assim, de nulidade absoluta a aquisição de imóvel por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras sem a observância dos requisitos legais (Lei Federal n. 5.709/1971, art. 15) Além disso, não se dispõe de modo expresso na CB a vedação à aquisição de imóveis rurais por pessoas físicas (PFs) ou jurídicas (PJs) estrangeiras em locais de faixa de fronteira. Assim, não custa apontar que a Lei Federal n. 5.709/1971 traz essas e outras considerações relevantes sobre a aquisição de imóveis rurais por PFs e PJs estrangeiras. Também em apertada síntese, destaco também que a usucapião constitucional rural encontra amparo e disposições, nos termos do art. 191, da CB. Finalmente, no que se refere à autonomia do direito agrário, a CB, prescreve que, conforme seu artigo 22, compete privativamente à União legislar sobre o assunto. E, por fim, a Emenda Constitucional n. 45/2004, que alterou o art. 126, determinou a criação de varas especializadas na esfera da justiça estadual para decidir lides fundiárias, com competência exclusiva para assuntos agrários. Em tempo, cabe breves reflexões sobre o direito indígena, nem por isso menos importantes. As terras indígenas e o direito do índio estão cobertos sob o manto constitucional brasileiro, em capítulo específico (Capítulo VIII do Título VIII - Da Ordem Social, artigos 231 e 232), com abordagem especializada para as terras que habitualmente ocupam.

Referências

CARVALHO, Josué; FIDELES, Junior; MACIEL, Marcela. Direito Agrário. Salvador, Bahia: Juspodivm, 2015. FREIRIA, Rafael; DOSSO, Taisa. Direito Agrário. Salvador, Bahia: Juspodivm.

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmerlone /
C o n t a t o :
nicholas.merlone@gmail.com



Foi lançado na segunda-feira (29), no Rio de Janeiro, o Business 20 Brazil, ou B20 Brasil, uma espécie de braço de negócios do G20, grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana. O lançamento foi na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Assim como o Brasil preside o G20 pela primeira vez, desde dezembro do ano passado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) assume o comando do braço de negócios do fórum global.

Ao longo de 2024, representantes do setor industrial vão organizar diálogos em busca de caminhos e otimização do desenvolvimento econômico.

Ao participar do lançamento do B20 Brasil, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que o Brasil pode “fazer a diferença” no espaço de diálogo por ser protagonista em três temas de importância global: segurança alimentar, segurança energética e clima.

“Na segurança alimentar, somos o campeão na produção de proteína animal e vegetal. Na segurança energética, temos a energia mais limpa, praticamente, do planeta. Um exemplo: temos uma enorme contribuição a dar na descarbonização nos desafios que se avizinham. Na questão do clima, a Floresta Amazônica, maior floresta tropical do mundo. O desmatamento, que é uma preocupação extremamente relevante, caiu já 50%

em menos de, praticamente, um ano”, afirmou o vice-presidente.

Alckmin elogiou o B20 por reunir representantes da indústria. “Fico feliz de ver aqui os dirigentes das federações das indústrias do Brasil inteiro. Sociedade civil organizada faz diferença.”

O vice-presidente destacou iniciativas do governo em prol do desenvolvimento da indústria, como iniciativas de desburocratização de negócios e fomento ao crédito por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Alckmin ressaltou também impactos positivos da reforma tributária, promulgada no mês passado.

“O desenvolvimento é o novo nome da paz”, disse o vice-presidente, parafraseando o papa Paulo VI (1897-1978). “Emprego, renda e oportunidade são o novo nome da paz”, completou Alckmin.

Diálogo com países ricos

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, aproveitou a abertura do B20 para exaltar vantagens do Brasil para a transição energética, como matriz majoritariamente de energia limpa, o que deixaria a economia brasileira mais competitiva, mas criticou subsídios mantidos por outros países.

“Onde nós somos mais competitivos é onde a gente enfrenta mais subsídio e mais prática de apoio a países que não têm as mesmas condições, especialmente, países ricos e desenvolvidos. Então, estamos diante de um de-

bate que precisa ser verdadeiro, precisa ser construtivo, precisa ser de parceria.”

Mercadante disse acreditar que o G20 pode ser a última instância de governabilidade para um diálogo franco entre os países para a redução das desigualdades. “O mundo precisa de mais governança econômica e comercial, de regras mais claras. Esse caminho de que vale a lei do mais forte não é bom para o Sul global [países em desenvolvimento] e para a maioria da população do planeta.”

Setor produtivo

O presidente da CNI, Ricardo Alban, defendeu o programa Nova Indústria Brasil, anunciada pelo governo para acelerar a industrialização, na última segunda-feira (22), e ressaltou a importância do setor produtivo para o desenvolvimento do país. “O setor produtivo é o gerador de riquezas, de emprego, é o arrecadador de carga tributária para fazer a socialização desses impostos”, disse.

Alban avalia que a grande oferta de energia limpa é uma vantagem competitiva para a indústria brasileira.

“Todos sabem que a indústria manufatura, que é a indústria que agrega mais valor, que agrega tecnologia, perdeu espaço representativo em nível global. Esse é o momento de nós podermos recuperar esse espaço. A grande motivação que nós temos são as energias renováveis, o processo de descarbonização. Vamos ajudar o mundo na des-

carbonização, mas vamos fazer a nossa descarbonização para ganharmos a competitividade e algumas vantagens competitivas junto ao mercado internacional.”

B20

O lançamento do B20 reuniu ainda empresários de diversos setores da indústria. Participaram também o presidente do Fórum Econômico Mundial, o norueguês Børge Brende; o presidente do B20 Brasil, o empresário do setor automotivo Dan Ioschpe; e o sherpa (representante de chefe de Estado) do G20, embaixador Maurício Lyrio.

O primeiro evento contou com a participação, por videoconferência, do cientista político americano e presidente da consultoria Eurasia, Ian Bremmer, especializado em política externa global. As discussões do B20 são divididas por temas: comércio e investimento, finanças e infraestrutura, emprego e educação, transição energética e clima, transformação digital, integridade e compliance, sistemas alimentares sustentáveis e agricultura, além do Conselho de Ação Mulheres, diversidade e inclusão em negócios.

Ao longo de uma série de reuniões nos próximos meses, os participantes brasileiros e estrangeiros vão elaborar um documento com demandas e sugestões para os chefes de governo e de Estado que se encontrarão na reunião de Cúpula do G20 em novembro, no Rio de Janeiro. (Agência Brasil)

Estação do IDR-Paraná em Palmas explora sistema inovador de manejo de macieiras

Com o avanço cada vez maior das atividades mecânicas na agricultura, foi preciso inovar na forma de plantio e manejo de algumas plantas, visando garantir melhor eficiência da atividade, qualidade dos frutos e facilitar a colheita. Entre elas a maçã. Nesse caso, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) adotou o sistema Guyot duplo invertido em sua estação experimental de Palmas, na região Sul do Estado, com resultados iniciais positivos.

O Guyot duplo consiste em conduzir a planta para que os galhos se estendam em direções opostas como se fosse um “y”, formando uma espécie de muro frutal. Ela difere do método tradicio-

nal conhecido como “líder central”, em que as plantas são distribuídas no terreno com espaçamento amplo e manejadas com podas para ganhar formato cônico.

O novo formato visa também facilitar a tendência que já se observa de colheita mecânica da fruta. “Está muito difícil contratar mão de obra para a tarefa de colheita dos frutos, pois é um trabalho complexo e que exige tempo e esforço físico, fora os riscos ao precisar subir em escadas para pegar as frutas mais altas”, disse o pesquisador Cláudio Medeiros da Silva, do IDR-Paraná.

Nesse sistema, a poda das plantas é simples de ser conduzida, reduzindo o número de horas trabalhadas no pomar e diminu-

indo o custo da produção.

O pesquisador cita também outros benefícios do método Guyot. “Esse sistema proporciona maior aeração e insolação nas plantas, o que acelera a maturação das frutas, reduz a incidência de doenças e melhora a coloração das maçãs, fora o ambiente de trabalho mais seguro, pois não há necessidade de escadas, que são utilizadas para colheita das frutas em outros sistemas de condução”, afirmou.

A produção de maçã é altamente representativa para alguns municípios do Paraná, como Palmas, na região Sul, onde responde por 32% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária. Em 2022 foram produzidas 8.489 to-

neladas em 353 hectares, gerando valor de R\$ 16,7 milhões.

Na Lapa, município da Região Metropolitana de Curitiba, a maçã foi valorada em R\$ 10 milhões, correspondente a 19,2% do VBP municipal. Foram produzidas 5.100 toneladas em 170 hectares. Também expressiva é a produção em Campo do Tenente, na mesma região. Em 2022 foram 4.500 toneladas em 143 hectares, gerando R\$ 8,8 milhões (17% do VBP municipal).

No Estado, a cultura da maçã foi desenvolvida de forma comercial em 35 municípios. Juntos eles somaram R\$ 52,2 milhões de VBP. O Estado plantou 984,6 hectares da fruta e colheu 26.291 toneladas. (AENPR)

Cacique do Pará recebe prêmio por empreender e conservar na Amazônia

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) vai premiar a indígena Katia Silene Tonkyre, cacique da aldeia Akratikatejé (PA), por suas iniciativas de organização e empenho para empreender, coletar e produzir e, ao mesmo tempo, educar e conscientizar sobre a importância da conservação e da proteção do meio ambiente na Amazônia. O prêmio deverá ser entregue em abril, em evento na Costa Rica, sede do IICA.

Líder de uma aldeia na qual vivem 85 indígenas de 23 famílias da etnia Gavião da Montanha, dedicadas principalmente à coleta, produção e venda de castanhas e de pescado, mel e frutas, Katia receberá o prêmio A Alma da Ruralidade, além de ser convidada pelo IICA a participar de diversas instâncias con-

sultivas do organismo especializado em desenvolvimento agropecuário e rural.

“Trata-se de um reconhecimento aos que cumprem um duplo papel insubstituível: ser avaliados da segurança alimentar e nutricional e, ao mesmo tempo, guardiões da biodiversidade do planeta pela produção em qualquer circunstância. O reconhecimento também tem a função de destacar a capacidade de promover exemplos positivos para as zonas rurais”, disse o diretor-geral do IICA, Manuel Otero.

No âmbito do programa Líderes da Ruralidade, o IICA trabalha para que o reconhecimento facilite a criação de vínculos com organismos oficiais, da sociedade civil e do setor privado para obter apoio para suas causas.

Katia Silene Tonkyre é a pri-

meira mulher cacique da aldeia Akratikatejé, situada no Pará, na região norte do Brasil. É filha do respeitado cacique Payaré, um lutador pelos direitos dos indígenas já falecido, que implantou na aldeia o conceito de empreendedorismo e de produzir sem agredir a natureza, beneficiando a comunidade com a organização, a coleta e a produção de castanhas, maracujá, açaí, cacau, cupuaçu e outras frutas amazônicas, além de mel, animais e criação de peixes, o que gera empregos e receitas.

Katia continuou e aperfeiçoou esse legado, ampliando-o para a realização de parcerias e de ações que contribuíram para o bem-estar da comunidade.

“Eu não concordo quando alguém diz que é necessário destruir a floresta para criar gado ou

investir em soja. Nós queremos alcançar um projeto sustentável e queremos crescer, mas não destruindo a natureza. Nós valorizamos os nossos produtos. Não é necessário destruir. É possível conciliar as duas coisas, fazer o projeto e manter a floresta em pé, utilizá-la. A floresta nos dá uma farmácia verde e rica, temos os nossos animais e temos a nossa floresta”, diz Katia.

“A natureza, a floresta, somos nós. Nós somos a Amazônia, nós somos a floresta. Quando uma árvore morre, morre uma parte de nós, pois somos as raízes dessa floresta. E a castanha é o nosso ouro; também temos açaí, cacau e peixes, e agregamos valor à nossa produção sem agredir a natureza”, contou a cacique. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos